

O preço de uma “Alemanha sem passaporte”: as medidas contra os Xokleng/Laklãnõ no interior catarinense (1836-1912)

Nathan Marcos Buba¹

Aaron Fernando de Paula²

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar as medidas do Governo Imperial, Republicano, Provincial e Estadual que envolviam a vinda dos imigrantes europeus para o território já habitado pelos Xokleng/Laklãnõ. Para isso analisaremos as obras de pesquisadores que abordam a história do estado catarinense, inclusive obras que abordam a temática indígena. Outras fontes a serem analisadas foram os relatórios de Província que perspectivam a questão indígena, como também o relato de viagem de Roberto Avé-Lallemant, este que percorreu a região abordada na presente pesquisa no século XIX. A partir disso, procuraremos perceber como foram as medidas governamentais a respeito do conflito entre indígenas e colonos, e quais foram os prejuízos que a população Xokleng/Laklãnõ sofreu e que permanece até os dias atuais.

Palavras chaves: Indígenas; Colonos; Conflito.

Abstract: the present search has as goal to analyze the measures of the Imperial government, republican, provincial and state involving the arrival of European immigrants to the traditional territory and inhabited by Xokleng /Laklanõ. As a reference that we analyzed the works of researchers that address the history of Santa Catarina state as well as works that, address indigenous issues. Other sources were the Province reports that got indigenous issues, as well as in Roberto Avé-Lallemant, traveler who traveled through the area in the XIX century. Through what has been mentioned above, we seek to analyze how were government measures regarding the conflict between Indians and settlers, and what were the losses that the Xokleng /Laklanõ population obtained that remains to today.

Keywords: Indigenous; Settlers; Conflict.

A história do estado de Santa Catarina muitas vezes é abordada a partir da vinda do imigrante europeu para a região. Essa forma de se contar a história exclui vários outros grupos que habitavam o território, entre eles podemos citar as populações indígenas³. Essas populações foram importantes na região desde os tempos de colônia, pois foram esses, os povos que ensinaram aos colonizadores, diversas rotas para o que é hoje o interior do estado, também domesticaram vários alimentos que estão em nossas mesas, entre eles, o milho, a mandioca, a erva-mate que foram incluídos na alimentação dos povos vindos da Europa⁴.

1 Graduando do curso de Bacharelado e Licenciatura do curso de História pela Universidade Federal de Santa Catarina (início em 2013-1). Email: nathanmarcosbuba19@gmail.com.

2 Graduando do curso de Bacharelado e Licenciatura do curso de História pela Universidade Federal de Santa Catarina (início em 2013-1). Email: Aaron_fernando@live.com.

3 BUBA, 2014, p.02.

4 SANTOS, 1977, p.28.



Nos dias atuais, por meio de discursos governamentais, meios de comunicação e de parte da população, o Vale do Itajaí e Planalto Norte de Santa Catarina são destacados pelas práticas culturais dos imigrantes que se instalaram na região, como alemães, italianos, poloneses e ucranianos. Isso ocorreu de tal forma, ao ponto da Prefeitura de Blumenau, para incentivar o turismo nessa região, dizer que o local é uma “Alemanha sem passaporte”⁵.

Com os discursos dos governos e dos meios de comunicação, se tem a impressão que a incorporação dos colonos foi pacífica, não havendo conflitos com as populações que já habitavam a região. Mas o século XIX no Vale do Itajaí e Planalto Norte ficou marcado pelo confronto entre indígenas e colonos, causando inúmeros mortos e a quase extinção dos Xokleng/Laklãnõ⁶.

Considerando tais proposições, objetivo desse trabalho é demonstrar que para a Prefeitura de Blumenau “proclamar” a cidade como uma Alemanha sem passaporte a população Xokleng/Laklãnõ pagou um alto preço, seja pela perda de grande parte do seu território, como também pela perseguição e pelos homicídios financiados principalmente pelo governo e pelas companhias de colonização. Como fontes, serão utilizados os Relatórios da Província de Santa Catarina que discorrem sobre os conflitos entre indígenas e colonos, relatos de viajantes que percorreram a região no século XIX, como também de pesquisadores da temática indígena.

Os Xokleng/Laklãnõ: primeiros povoados e as medidas governamentais

Conforme o mapa da figura 01, podemos observar que no território catarinense habitam atualmente três povos indígenas, o Guarani⁷ ocupa praticamente todas as regiões, mas predominantemente na faixa litorânea do estado, o povo Kaingang⁸ predomina no Oeste

5 A propaganda também foi visualizada pelos autores na BR-101, trecho próximo ao perímetro urbano de Itajaí-SC. Disponível em <http://wp.clicrbs.com.br/pancho/2014/07/30/blumenaualemanhasempassaporte/?topo=52,2,18,,159,e159> - Acesso em 15/09/2016.

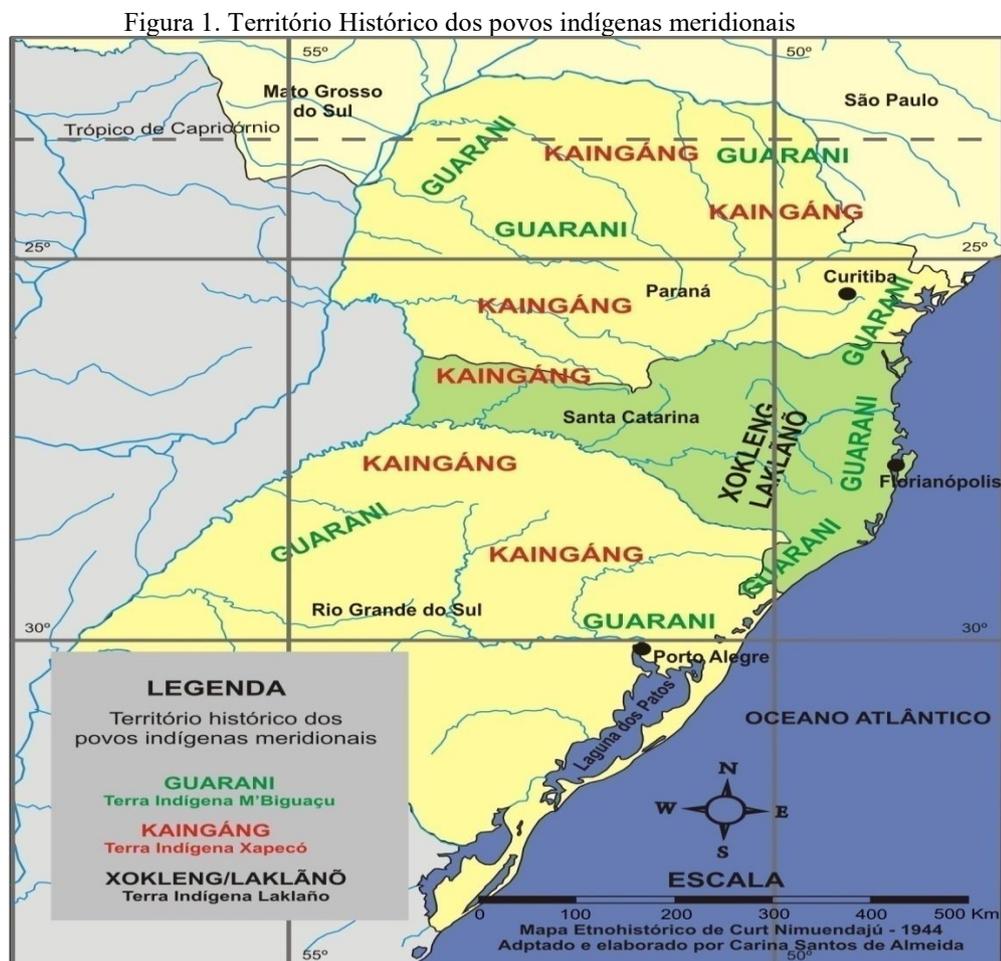
6 O termo Laklãnõ (significa povo do sol) é utilizado por sugestão do próprio povo Xokleng/Laklãnõ, já que Xokleng não foi um nome empregado pelo povo.

7 O povo Guarani em Santa Catarina soma 1.657 pessoas distribuídas em 21 aldeias. Sendo três aldeias inseridas junto com comunidades de outros povos, com os Kaingang na Aldeia Limeira da Terra Indígena Xaçupé/SC, e com os Xokleng/Laklãnõ nas Aldeias Toldo e Bugio na Terra Indígena Ibirama Laklãnõ BRIGHENTI, 2012, p.42.

8 O povo Kaingang é um dos povos mais numerosos do Brasil, sendo a maior população indígena da região sul brasileira. Habitam em Santa Catarina 6.543 Kaingang, distribuídos em cinco Terras Indígenas e uma Reserva. (BRIGHENTI, 2012, p.47).



catarinense e o povo abordado na pesquisa, denominados Xokleng/Laklãnõ, que habita o Vale do Itajaí e Planalto Norte de Santa Catarina⁹.



Fonte. Mapa Etnohistórico de Curt Nimuendajú – 1944, adaptado e elaborado por Carina Santos de Almeida. (ACERVO: LABHIN)

Atualmente em Santa Catarina os Xokleng/Laklãnõ “somam 2.169 pessoas distribuídas em duas Terras Indígenas, e seu território histórico se localizava entre as regiões de Curitiba/PR até Porto Alegre/RS”.¹⁰ De acordo com Clovis Antonio Brighenti, o povo Xokleng/Laklãnõ pertence às sociedades indígenas de tradição Jê, como também ao tronco linguístico Macro Jê e foram denominados no passado como Botocudos, Aweicoma, Bugres,

⁹ Ibidem, p.48.

¹⁰ Atualmente os Xokleng/Laklãnõ contêm duas Terras Indígenas, a T.I. Ibirama Laklãnõ localiza-se no Vale do Itajaí, e a T.I. Rio dos Pardos se localiza no Planalto Norte de Santa Catarina. Ver mais em BRIGHENTI, Clovis Antonio. Povos Indígenas em Santa Catarina. In NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando. *Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Pallotti, 2012. P.37-65.

Xocre, ou Kaingang de Santa Catarina¹¹. Tradicionalmente era uma sociedade de caçadores-coletores, nos quais realizavam o nomadismo sazonal, habitando o planalto no inverno, para obter o pinhão e descendo ao Vale do Itajaí e algumas faixas litorâneas no verão.

Os primeiros povoadamentos não indígenas no território tradicional dos Xokleng/Laklãnõ surgiram com o caminho das tropas, que ligaria o Sudeste brasileiro ao Rio Grande do Sul. Neste momento a região passa a ganhar maior importância devido ao comércio de gado e muares, realizados por meio dos tropeiros, os quais cortavam o território catarinense para chegar até seu destino.

Os animais saíam geralmente das regiões de campo do Sul brasileiro em direção as províncias do Sudeste, principalmente para o abastecimento do mercado minerador de Minas Gerais. O caminho mais conhecido para tal prática foi o de Viamão-RS à Sorocaba-SP¹². Com o decorrer do tempo, devido a maior movimentação das tropas, surgirão os primeiros vilarejos no interior de Santa Catarina. De acordo com Paulo Pinheiro Machado:

Com o caminho das tropas, formou-se um longo curso de fazendas de invernada e criação, locais de importância fundamental ao repouso e engorda de gado extenuado pelas longas jornadas, o que acabou por transformar esta região em fronteira de pecuária paranaense e gaúcha¹³.

Portanto, com o caminho das tropas começam a se fixar os primeiros moradores não indígenas no território tradicional Xokleng/Laklãnõ, iniciando os conflitos com os fazendeiros e pequenos posseiros. O alemão Roberto Avé-Lallemant em viagem à região interiorana¹⁴ de Santa Catarina no século XIX descreve que:

Há muitos anos chegou o pai de Juca Coelho a esta região e a preço irrisório comprou vastas extensões de terra, que lhe concediam de bom grado, porque ninguém tinha coragem de estabelecer-se entre os bugres [...]. Os botocudos, de quem ele é inimigo fidalgo, odeiam-no e temem-no. Ainda a ano passado encontrou alguns bugres no campo, quando lhe matavam uns burros. O encontro foi hostil e Juca Coelho viu-se obrigado a abater a tiro um dos índios¹⁵.

11 BRIGHENTI, 2012, p.56.

12 FERRARI, 2010, p.103.

13 MACHADO, 2004, 61.

14 Em Santa Catarina Roberto Avé-Lallemant percorreu a região litorânea de Santa Catarina (Desterro, Laguna, Laguna, Tubarão), como também a região interiorana catarinense (Lages, Blumenau, Joinville e Planalto Norte de Santa Catarina).

15 AVÉ-LALLEMANT, 1953, p.88.

Com o relato de Avé-Lallemant é possível constatar que antes mesmo da intensificação da chegada dos imigrantes europeus na segunda metade do século XIX, já havia uma relação conflituosa entre os habitantes recém estabelecidos e os indígenas.

Paulo Pinheiro Machado cita a história de uma mulher chamada Carola, na qual lavava suas roupas nas margens do Rio Marombas, e constantemente trocava produtos com os indígenas, vivendo de forma “amistosa” com esse grupo. Porém, em um determinado dia seu sobrinho matou um indígena, achando que ele estava a espreitando para um ataque. Depois desse acontecimento os “botocudos” fizeram alguns ataques aos sítios da região, onde por sua vez os homens de Curitiba se armaram para eliminar a presença indígena da região¹⁶. De acordo com o autor

Essa tragédia (...) revela a fragilidade da convivência entre a população de sitiante e fazendeiros e os diferentes grupos indígenas do planalto serrano catarinense, durante o século XIX. A relação amistosa de dona Carola com o pequeno bugre era uma exceção¹⁷.

O Governo Colonial e Imperial pouco se sensibilizava com os indígenas. Um exemplo disso é a Carta Régia de D. João VI em 1808, logo após sua chegada ao Brasil, em que determinava que fizesse guerra aos índios que faziam incursões nas cercanias de Lages¹⁸.

O Império brasileiro não se preocupava em dialogar com os indígenas, conforme a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha nem mesmo nos últimos anos do Império e nos primeiros anos da República a situação indígena despertava interesse entre a maioria dos políticos, pois “a Constituição de 1891¹⁹ sequer mencionou os índios em seu texto”²⁰.

Para o governo provincial, o indígena passou a ser um obstáculo para o desenvolvimento que o imigrante europeu traria durante o século XIX. Então o governo, observando os colonos como os seres responsáveis pela modernidade, passou a protegê-los e a criar medidas contra os povos indígenas, procurando afastá-los, seja por meio da catequização, ou da fuga para outros lugares, ou até mesmo pelo assassinato. Essas medidas

16 MACHADO, 2004, p.57-58

17 Ibidem, p.58.

18 SANTOS, 1997, p.27.

19 A Constituição Federal de 1891 foi a primeira constituição republicana do Brasil. Ela teve como modelo a Constituição Federal dos Estados Unidos, consagrando a República Federativa liberal. Com a nova constituição houve importantes mudanças, como maior autonomia aos Estados, divisão dos três poderes (legislativo, executivo e judiciário), sistema presidencialista de governo por voto direto e universal, como também a separação entre o Estado e a Igreja. (FAUSTO, 1995, p.250-251).

20 CUNHA, 1987, p.74.

eram legitimadas, em grande parte, devido aos estereótipos usados contra os indígenas, nos quais se pode citar: selvagem, feroz, vadio, incivilizado. Estes adjetivos afastavam as pessoas da noção de considerar o índio, ser humano.

Como os conflitos entre Xokleng/Laklãnõ e não indígenas não cessaram. O Império criou em 1836 a “Companhia de Pedestres”, formada por 31 pedestres que recebiam a quantia de 330 réis, e tinham por finalidade “proteger tropeiros e viajantes que passavam em locais onde frequentemente ocorriam” os conflitos com os indígenas²¹ Ou seja, o governo pagava para manter os indígenas longe das áreas habitadas pelos colonos. É possível perceber a importância que a “Companhia de Pedestres” tinha para os governantes através da fala do Presidente da Província de Santa Catarina José Joaquim Machado de Oliveira em 1837:

A colonização do Itajahy, que esta a cargo do Cidão Agostinho Alves Ramos pouco se tem adiantado devido a irrupção do gentio feroz [...] por motivos taes, e que podem ser removidos sem maior dificuldade, deixem de prosperar aquelles estabelecimentos[...] He por isso que insto pela consignação da quantia que deve ser aplicada para a manutenção dos Pedestres, que foram criados pela Resolução N° 28, e que vai incluída na Talla N° 5 do orçamento²².

Com a fala do então Presidente da Província é possível perceber que a “Companhia de Pedestres” era considerada um projeto fundamental na segurança dos não indígenas, sendo os Xokleng/Laklãnõ chamados de ferozes que poderiam ser removidos sem maiores dificuldades²³. Porém a Companhia fracassou devido à precária preparação e estado dos equipamentos, também os seus integrantes foram acusados de indisciplina, e a “Companhia de Pedestres” pelos inúmeros problemas se extinguiu em 1879, não “atingindo as expectativas dos imigrantes e das autoridades”²⁴.

Em 1868, se tentou outra alternativa para amenizar a situação, foi a catequização através dos Padres Capuchinhos Virgílio Amplar e Estevão de Vicenza²⁵. O Presidente da Província Carlos Augusto Ferraz de Abreu recebeu um relatório do 1º vice-presidente Carlos de Cerqueira Pinto em 1869 comentando sobre a catequização:

21 NÖTZOLD; VIEIRA, 1999, p19-20.

22 OLIVEIRA, 1837.

23 A empolgação do Presidente da Província José Joaquim Machado de Oliveira com a “Companhia de Pedestres” se deve ao fato que ela estava a pouco tempo em funcionamento. Posteriormente a alternativa pelos Pedestres perdeu a importância devido ao mal funcionamento das tropas.

24 WITTMANN, 2007, p.47.

25 NÖTZOLD; VIEIRA, 1999, p.48.



Achão-se, há algum tempo nesta provincia, encarregados deste serviço, os missionarios capuchinhos Frei Virgilio de Amblar e Estevão de Vicenza, os quaes tendo seguido um para Lages e o outro para Itajahy[...] Consedendo-lhe essa permissão ordenei ao delegado de Lages e ao diretor da colonia militar de Santa Theresa que prestassem-lhes dois homens para os auxiliarem nessa missão espinhosa, como arriscada²⁶.

Para conseguir aplicar o que lhe foi solicitado, os capuchinhos pediram verbas para mantimentos e ferramentas para o aldeamento dos indígenas, porém, não foram atendidos pelo governo²⁷. Com a falta de recursos a catequização acabou não sendo satisfatória e foi mais uma medida sem sucesso para amenizar os conflitos entre indígenas e colonos.

Como a catequização e a “Companhia de Pedestres” falharam, passam a atuar na região os Batedores de Mato, os quais “eram grupos que não tinham intenção alguma de fazer contato pacífico com os índios, com exceção do liderado por Friedrich Deeke²⁸. Segundo informações de Silvio Coelho dos Santos:

Em 1880 o governo provincial relatava à Assembleia, com a maior simplicidade que “para afugentar (os índios-SCS) tomei as medidas de costume: recorri aos batedores de matto”. O noticiário telegráfico do Jornal do Comércio (Florianópolis), do ano de 1883, dá-nos vários exemplos referentes à autorização das despesas pelo governo para o extermínio indígena²⁹.

O governo aconselhava os imigrantes a andarem armados e a atirar se preciso fosse, não se preocupando com o número de indígenas mortos que isso poderia causar³⁰. Com o aumento do número de colonos nos territórios tradicionais dos Xokleng/Laklãnõ, os encontros tornaram-se mais frequentes e posteriormente os conflitos entre colonos e indígenas aumentaram. Os Batedores de Mato passam então a não ser suficientes para afugentar os indígenas. Outra estratégia é encontrada os “bugreiros”. De acordo com Silvio Coelho dos Santos:

As tropas de bugreiros compunham-se, em regra, com 8 a 15 homens. A maioria deles era aparentada entre si. Atuavam sob o comando de um líder. A quase totalidade dos integrantes desses grupos eram “caboclos”, que tinham grande conhecimento sobre a vida no sertão. Atacavam os índios em

26 ABREU, 1869.

27 WITTMANN, 2007, p.48.

28 WITTMANN, 2007, p.47. O grupo liderado por Friedrich Deeke tinha ordem para não atirar nos indígenas.

29 SANTOS, 1997, p.26.

30 WITTMANN, 2007, p. 42.



seus acampamentos de surpresa. As vítimas poucas possibilidades haviam de fuga³¹.

Durante o início século XIX ainda havia um grande território não colonizado no Vale do Itajaí, assegurando autonomia ao Xokleng/Laklãnõ. Porém no final do século esse território tornara-se fortemente colonizado e o contato ficou a cada dia mais intenso. Como retrata Luiza Tombini Wittmann, a violência contra o indígena aumenta de forma alarmante. Por conseguinte:

Os batedores do mato se transformaram em bugreiros. O que havia de valido na experiência de Frederico Deeke é totalmente esquecido e o facão, a pistola, a espingarda e o rifle passam a ser os agentes definitivos da pacificação dos indígenas³².

Com os bugreiros a violência se intensifica, e se o contato entre o colono e o indígena, na maioria dos casos não era amistoso causando grande choque e desconforto para ambos os lados. O Governo Imperial acabou propiciando um aumento da violência incentivar os imigrantes a contratação de homens para afugentar os Xokleng/Laklãnõ que rondavam suas propriedades³³. O indígena conhecia a mata por onde passava, diferente do imigrante europeu, que era quase ou totalmente desprovido desse conhecimento. Assim o bugreiro era contratado para a caça dos Xokleng/Laklãnõ “fazendo cercos de dias aos índios que não suspeitavam de nada”³⁴.

Com a propaganda do estado para com os colonos, dizendo que deveriam proteger suas terras e andar sempre armados. Os bugreiros eram pagos tanto pelo estado, quanto pelos colonos, que dividiam as despesas das empreitadas dos bugreiros enquanto caçavam os indígenas, assim lhes assegurando o pagamento o grupo de bugreiros ganhou muitos adeptos³⁵. Durante a caça aos indígenas, os homens eram mortos e apenas algumas mulheres e crianças eram poupadas pelos bugreiros que as traziam consigo. As crianças eram levadas para serem adotadas por famílias de colonos e inseridas na sociedade³⁶. Eram na maioria das vezes vistos como o diferente, o exótico, a ser exposto. Eram vistos com olhos de curiosidade pela população, queriam ver e saber como eram esses “bugres” que andavam pelos matos

31 SANTOS, 1997, p.27.

32 WITTMANN, 2007 p.49 apud Santos, 1973, p.76

33 NÖTZOLD; VIEIRA, 1999, p.24.

34 WITTMANN, 2007, p.53.

35 Ibidem, p. 51.

36 NÖTZOLD; VIEIRA, 1999, p.26.



afugentando colonos, assim os transformando em um tipo de animal na imaginação dos colonos. Cada novo grupo de crianças e mulheres indígenas que chegavam à cidade era motivo de comentários e despertavam interesse das pessoas que se aglomeravam para vê-los. Segundo Luiza Tombini Wittmann:

A viagem dos índios rumo a cidade era sofrida. Os prisioneiros haviam sido poupados da morte, mas não da ganância dos bugreiros. Em troca de dinheiro, os curiosos podiam observar os índios, que consideravam exóticos. “Era um negócio sórdido. Os índios, assustados, estavam de cócoras dentro de uma carroça grande. Conta-se que até as partes genitais das mulheres foram mostradas em benefício monetário”³⁷.

Algumas mulheres capturadas tinham finalidade muito diferente das crianças, eram pegas por bugreiros para serem suas mulheres, não sendo incomum que várias famílias caboclas tenham sua origem de tal forma³⁸. Um dos mais conhecidos bugreiros era Martinho Marcelino de Jesus, mais conhecido como Martim Bugreiro. Afirmava que, a morte de seus pais era obra de membros do povo Xokleng/Laklãnõ e que devido a tal fato dedicou sua vida a caçar os indígenas. Seu grupo exímio de caçadores era muito conhecido por utilizarem as técnicas dos indígenas contra eles mesmos, vindo de um aprendizado a partir da observação³⁹.

Destarte, a ação dos bugreiros causou várias vítimas, não somente assassinadas, porém, também as que obtiveram traumas como a perda de pessoas próximas ou tiveram que conviver em um novo meio social, a cidade. Essas pessoas levadas às cidades escapavam da morte através da violência dos bugreiros, mas dificilmente sobreviviam pelas doenças que contraíam, ou devido à alimentação diferenciada da sua tradicional. Assim sendo, o povo Xokleng/Laklãnõ não foi apenas atingido pela violência física, mas também pelo choque cultural do modo de vida que lhes era imposto pela sociedade ocidental europeia. Isso pode se confirmar quando foi demonstrado, que de cinco crianças Xokleng/Laklãnõ trazidas para a cidade em 1914, apenas uma sobreviveu⁴⁰. Na fotografia abaixo, que faz parte do acervo pessoal de Silvio Coelho dos Santos, podemos ver várias crianças indígenas que foram capturadas pela ação dos bugreiros:

37 WITTMANN, 2007, p.96-97 Citação retirada pela autora da obra: GENSCHE, Hugo. *Die Erziehung eines Indianerkindes. Praktischer Beitrag zur Lösung der Südamerikanischen Indianerfrage. Berlin Druck von Gbr. Unger, 1908.*

38 MACHADO, 2004, p.59.

39 WITTMANN, 2007, p.54.

40 Ibidem, p.93.

Figura 2. Bugreiros e crianças Xokleng/Laklãnõ



Fonte: Acervo pessoal Silvio Coelho dos Santos

Como podemos ver na fotografia, tanto as crianças quanto as mulheres que lhes acompanham estão com vestes que não são as suas habituais, certamente foram obrigadas pelos caçadores a vestirem tais roupas. Ainda notamos a falta da presença de integrantes masculinos adultos do povo indígena, reforçando os escritos de que só mulheres e crianças eram poupadas.

Contudo, a ação dos bugreiros torna-se proibida a partir de 1912, alguns, entretanto, ainda atuaram clandestinamente até quase meados do século XX⁴¹. Com a República a situação dos povos indígenas começa a ter uma mudança, em 1889 os indígenas passam a ficar sob a responsabilidade dos estados⁴². Nesse período começam as discussões entre os positivistas que “entendiam a integração dos indígenas na sociedade brasileira como importante para o povoamento e para a obtenção de mão de obra necessária à expansão civilizatória”⁴³, contra os naturalistas que defendiam o extermínio indígena da sociedade brasileira.

No Congresso de Americanistas que ocorreu em Viena em 1908, essas discussões atingiram patamares internacionais, destacando a fala do positivista Albert Fric, que

41 HOERHANN, 2012 p.152.

42 ALMEIDA, 2013, p.3.

43 HOERHANN, 2012, p.61.

denunciou as medidas contra os Xokleng/Laklãnõ diante dos imigrantes, mostrando toda a situação que este povo estava submetido.

De acordo com Manoela da Cunha esse congresso foi importante, pois “foi a primeira vez que o Brasil foi publicamente acusado de massacrar os índios” (CUNHA, 1987, p.79). A partir das denúncias realizadas em Viena, o governo brasileiro resolve criar o SPILTN – Sistema de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais e que passa a ser chamado em 1918 de SPI⁴⁴. Esse sistema através do aldeamento consegue amenizar o confronto entre indígenas e Colonos.

Considerações finais

Com o que foi abordado, consegue-se entender que não podemos mencionar a história do estado de Santa Catarina enfatizando somente a vinda dos imigrantes europeus para o estado, tão pouco mencionar que a colonização ocorreu de forma pacífica. O território tradicional Xokleng/Laklãnõ foi ignorado quando vendido pelo governo para as Companhias de Colonização e posteriormente essas terras compradas pelos imigrantes. Indígenas e imigrantes achavam que eram dono da terra e travaram uma luta com muitas perdas, principalmente para o povo Xokleng/Laklãnõ, que quase chegou a ser extinto.

Os governantes sabiam do massacre indígena que estava acontecendo, quando não apoiava, ou encomendava e financiava com verbas. Não faziam nada em favor dos indígenas. Portanto, o preço de uma prefeitura para enfatizar que seu município é uma “Alemanha sem passaporte”, foi o massacre quase total de um povo indígena que habitava a região. O povo Xokleng/Laklãnõ que foi várias vezes prejudicado pelos governos ainda sofre com as medidas atuais, não mais sendo caçados e exterminados, mas ainda sofrendo com a falta de responsabilidade governamental para com os mesmos, que não se sentem contemplados com as medidas e decisões tomadas pelo poder público, assim ainda sendo oprimidos, apenas de maneira diferente a dos séculos passados.

Referências

ALMEIDA, Carina dos Santos; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. Como "civilizar" o índio?!: O Serviço de Proteção aos índios (SPI) e a integração dos Kaingang no sul do Brasil: o Posto

44 O SPI vigora até 1967, devido às várias denúncias de corrupção e violência contra os povos indígenas. Em 1967 se cria a FUNAI, na qual vigora até hoje.



Indígena Xapecó (SC) entre práticas de desenvolvimento e controle social. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2013, Natal. *Anais...*. Natal: Simpósio Nacional de História, 2013. p. 01 - 17.

AREND, Silvia Maria Fávero. De Korikrã a Maria Gensch.: A filiação adotiva como um projeto civilizador (Blumenau – 1905-1914). In: *Simpósio Nacional de História*, 22., 2003, João Pessoa. Artigo. João Pessoa: UFPB, 2003. p. 01 - 07.

AVÉ-LALLEMANT, Roberto. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Povos Indígenas em Santa Catarina. In NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando. *Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Pallotti, 2012. P.37-65.

BUBA, Nathan Marcos; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. Religiosidade e conflito: o caboclo e indígena no planalto Catarinense. In: IV ENCONTRO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 4., 2014, Pelotas. *Anais IV Encontro Internacional de Ciências Sociais*. Pelotas: Anais, 2014. p. 01 - 17. Disponível em: < http://www2.ufpel.edu.br/ifisp/ppgs/eics/arquivosgts/GT_09/10.pdf >. Acesso em: 07 set. 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os Direitos de índio: Ensaio e Documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FERMINO, Antonio Luis. Histórias, conflitos e contatos entre os LAKLÃNÕ/XOKLENG e não indígenas. In: *Simpósio Nacional De História*, 27., 2013, Natal. Artigo. Natal: UFRN, 2013. p. 01 - 16.

FERRARI, Maristela. *Conflitos e povoamento na fronteira Brasil-Argentina: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) E Bernardo de Irigoyen (Misiones)*. Florianópolis: Ed. Ufsc, 2010.

HOERHANN, Rafael Casanova de Lima e Silva. *O Serviço de Proteção aos Índios e a desintegração cultural dos Xokleng (1927 - 1954)*. 2012. 283 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; VIEIRA, Edna Elza. A ocupação do espaço. In. KLUG, João; DIRKSEN, Valberto. *Rio do Sul: Uma história*. Rio do Sul: Editora da UFSC, 1999.



OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Fala que o presidente da província de Santa Catarina dirigiu a Assembleia Legislativa, na abertura da terceira sessão da Primeira Legislatura Provincial, em 1º de março de 1837.

PINHEIRO, Niminon Suzel. Terra não é troféu de guerra. In: *Simpósio Nacional De História*, 23., 2005, Londrina. Artigo. Londrina: Uel, 2005. p. 01 - 08.

PINTO, Carlos de Cerqueira. Relatório do 1º vice-presidente da província de Santa Catarina apresentado ao presidente da província de Santa Catarina Carlos Augusto Ferraz de Abreu em 11 de janeiro de 1969.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Porto Alegre, Movimento; Brasília, Minc/Pró-Memória/INC, 1987.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova História de Santa Catarina*. São Paulo: Símbolo, 1977.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Os índios Xokleng: memória visual*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Itajaí: Ed. da UNIVALI, 1997.

WITTMANN, Luisa Tombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis: Letras contemporâneas, 2007.

Recebido em 02 de novembro de 2015

Aceito para publicação em 18 de abril de 2017

